

# O Argumento Ontológico para a Existência de Deus

Pe. Pedro M. Guimarães Ferreira S.J.

Fevereiro / Março de 2011

O argumento ontológico para a existência de Deus tem uma longa história. Ele foi proposto inicialmente por Santo Anselmo de Canterbury (c. 1033–1109).

Nascido no Vale de Aosta na Itália, de família nobre; depois de uma vida um tanto “livre”, Anselmo converteu-se, fazendo-se monge beneditino aos 27 anos de idade; eleito Abade do Mosteiro com cerca de 46 anos. Como na época a Europa era, sob certos aspectos, “uma coisa só”, foi parar na Inglaterra e feito Arcebispo de Carterbury, Primaz na Inglaterra. Lá sofreu perseguições do Rei, tendo sido exilado duas vezes. Tinha uma excelente cabeça filosófica e é considerado o fundador do Escolasticismo, que tem sido a filosofia e teologia dominantes na Igreja a partir do século XII, com períodos de apogeu e declínio. É, sem dúvida alguma, um dos grandes doutores da Igreja; o Papa João Paulo II, o colocou ao lado de São Tomás de Aquino e São Boaventura como os três maiores da Idade Média. Sobre sua vida e resumo da obra ver, entre outros, [1], [2] e [3].

Segundo alguns, o argumento ontológico foi elaborado primeiramente por Avicenna da Persia (Ibn Sina, falecido em 1037); esta é a posição de [4, p. 24] e [5]. Mas é discutido se o argumento dele foi de fato equivalente ao argumento ontológico.

O argumento ontológico foi apresentado por Santo Anselmo nos capítulos II e III do seu texto “Proslogium”, escrito em 1077 - 1078.

Assim se exprime ele no capítulo II em forma de oração: “Efetivamente nós cremos que Vós sois um ser maior do que qualquer outro que possamos conceber [...] e portanto não pode existir somente no entendimento. Com efeito, suponha que ele exista somente no entendimento; mas então ele pode ser concebido como existindo também na realidade, que é mais [um ser maior]. [...]. Portanto não há dúvida que existe um ser que é maior que qualquer outro que possa ser concebido e que existe tanto no nosso entendimento como na realidade” [6].

Observo que o termo “maior” que Santo Anselmo usa, não deve, claramente, se referir a algo espacial, mas se trata de maior na ordem do ser. (Poderíamos talvez, entendendo-a bem, usar a palavra “grandeza” para caracterizar o que Santo Anselmo chama de “grande”). Ou seja, um ser é tanto maior, quanto “mais de ser” ele tem. Ou ainda, um ser é maior que outro se ele for mais perfeito. Assim, neste sentido, o ser humano é “maior” que qualquer planta.

E continua Santo Anselmo no capítulo III: “... e ele existe tão certamente que não pode ser concebido como não existindo. Com efeito, é possível conceber um ser que não pode não existir e este ser é maior do que qualquer outro ser que pode ser concebido como não existente. Portanto se o ser que é maior que qualquer outro que possamos conceber, puder ser concebido como não existindo, ele não será o ser que é maior que qualquer outro que possa ser concebido. Mas isto é

uma contradição. Há portanto verdadeiramente um ser que é maior que qualquer outro que possa ser concebido e que não pode ser concebido como não existente; e este ser sois Vós, ó Senhor, nosso Deus”. E neste contexto, afirma a contingência de tudo o mais: “E realmente, tudo o que existe, exceto Vós, pode ser concebido como não existindo”.

É de se notar, a partir da última frase, a proximidade do argumento ontológico com respeito ao argumento da necessidade de Deus e contingência de todos os demais seres, que é a chamada “terceira via” de São Tomás de Aquino, na qual nos deteremos mais adiante.

Observo também que o argumento ontológico não é tão estranho à nossa experiência comum como se possa pensar à primeira vista. Com efeito, os antigos tinham um aforisma clássico de filosofia, “lex entis, lex mentis”, ou seja, a estrutura do ser é igual à estrutura da nossa mente. Lonergan [7] traduz isto em termos modernos, falando de um “isomorfismo” entre a realidade e a nossa mente. Os maiores físicos teóricos fizeram previsões a respeito da natureza a partir de conclusões lógico- matemáticas: assim Maxwell, ao prever a existência das ondas eletromagnéticas, assim Einstein ao prever o encurvamento da trajetória da luz no espaço. Eles tinham certeza de que a realidade tinha que ser do jeito que previam pela razão.

Pois bem, o argumento ontológico aplica o mesmo arrazoado: impor algo à realidade, em função de necessidade lógica.

Scott H. Moore resume o argumento ontológico [8]:

- (1) Pode-se pensar num ser maior do que qualquer outro;
- (2) Sabemos que a existência na realidade é maior do que a existência somente na nossa mente;
- (3) Se o ser de (1) existir somente na nossa mente, não será o maior que se pode pensar;
- (4) Portanto o ser pensado maior que qualquer outro (1) deve existir na realidade;
- (5) Se ele não existir na realidade, não seria o maior ser que se pode conceber;
- (6) Portanto o maior ser que se pode conceber deve existir, e nós o chamamos “Deus”.

Claro que o argumento esquematizado acima pode ser encerrado em (4). (5) e (6) repetem afirmações anteriores.

Javier Leach [4, pp. 24s], por sua vez, resume o argumento segundo Santo Anselmo: se o maior dos seres que se pode pensar não existir necessariamente, não é de fato o maior dos seres que se pode pensar. Portanto Deus tem que existir, porque do contrario a lógica se tornaria absurda. “Se existe somente na mente, pode ser pensado existindo também na realidade, que é maior”.

O núcleo do argumento ontológico, diz ainda ele, é a intuição intelectual segundo a qual é logicamente necessária a existência de uma realidade que não seja limitada pela finitude. E é interessante o fato que esta intuição pode existir independentemente da religião, pois alguns matemáticos falam num infinito absoluto [4, p. 24].

Esta intuição tem muito a ver, diria eu, com o Princípio de Razão Suficiente (Leibniz), no qual nos deteremos mais adiante. E diria também que esta intuição tem bastante a ver com as chamadas terceira via (como já foi dito) e a quarta via de São Tomás de Aquino, sobre a qual também discutiremos mais adiante.

Leach [4, pp. 27s] resume de modo mais formal o argumento:

- Deus é o maior ser que nós podemos pensar.
- Se Deus não existe necessariamente na realidade, então podemos pensar um ser existente maior do que Deus.
- Portanto Deus existe na realidade.

Utilizando notação de lógica moderna, seguindo Leach (l.c.) definamos:

$\neg$  = “negação”;  $\exists$  = “existe”;  $\rightarrow$  = “implica”;  $\therefore$  = “donde que”.

Para formalizar o argumento acima, definimos:

$GR(x, y)$  significa “podemos pensar que  $x$  é maior que  $y$ ”;  $E(x)$  significa “ $x$  existe na realidade”;  $g$  significa “Deus”.

Então temos o argumento formalizado:

(1)  $\neg \exists x, GR(x, g)$

(Ou seja, não existe  $x$  tal que  $x$  possa ser pensado maior que Deus);

(2)  $\neg E(g) \rightarrow \exists x, GR(x, g)$

(Ou seja, se Deus não existe na realidade, então podemos pensar em um  $x$  maior que Deus).

Mas esta afirmação contradiz a primeira (1).

Donde a conclusão:

$\therefore E(g)$ .

Observe-se que no argumento acima  $\exists$  é o símbolo lógico de existência, enquanto que  $E$  é um predicado denotando a existência real.

Leach [4, p. 30] observa que os que aceitam o argumento ontológico como válido, aceitam a proposição  $\neg E(g) \rightarrow \exists x GR(x,g)$ , como a expressão de uma percepção metafísica, uma intuição. Uma intuição metafísica não é apreendida como uma evidência empírica. E não é tão pouco uma percepção puramente formal, que está por trás de um objeto matemático. As provas metafísicas têm maneira própria de serem pensadas.

Aceitar ou não o argumento ontológico depende das premissas que escolhemos. Comunidades diferentes escolhem premissas diferentes e assim aceitam, ou não, o argumento ontológico [4, p. 31].

(Um caso “dramático” de escolha de premissas, que remete então para a fragilidade de qualquer “prova” é a chamada regra (axioma lógico) do “excluded middle” (“non datur tertium”), princípio lógico usado pela maioria dos matemáticos, que afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa. Esta regra permite demonstrar, por exemplo, a necessidade de uma propriedade matemática usando o seguinte:  $A \rightarrow B$ , então  $\neg B \rightarrow \neg A$ , e isto porque  $A$  ou  $\neg A$ . O fato de matemáticos intuicionistas e construtivistas não aceitarem a regra do “excluded middle” é um exemplo que mostra que mesmo a matemática e a lógica não são puramente formais e mecânicas. O estudante de lógica poderá às vezes escolher um princípio ou outro e não há um

outro princípio formal que lhe permita decidir de modo lógico qual dos princípios é melhor, ou mais fundamentalmente, que um seja verdadeiro e outro falso. Ele terá que escolher entre um e outro levado por sua intuição, por seu gosto ou por outra razão: ver [4, pp. 11-13]).

O argumento ontológico teve propugnadores ilustres ao longo da história da filosofia e também críticos entre filósofos de primeira linha. Trata-se de um argumento tipicamente platônico e, de acordo com muitos, está implícito nas obras do grande mestre da filosofia ocidental, Platão (428/427 AC – 348/347 AC), bem como nos Néo-platônicos. Entre os que assumiram o argumento ontológico, temos, entre outros, Descartes (1596 – 1650), Spinoza (1632 – 1677), Leibniz (1646 – 1716). Dentre os mais modernos, Norman Malcolm (1911 – 1990), Charles Hartshorne (1897 – 2000), Alvin Plantinga (1932 - ) e – o mais ilustre dentre eles – Kurt Gödel (1906 – 1978).

Entre os críticos, deve-se citar Gaunilo de Marmoutiers, Tomás de Aquino (1225 – 1274) David Hume (1711 – 1776), Kant (1724 – 1804) e, mais modernamente, Gottlob Frege (1848 – 1925) e Bertrand Russell (1872 – 1970).

Vejam os em primeiro lugar a posição dos críticos.

**Gaunilo de Marmoutiers** [12] foi um monge beneditino, contemporâneo de Santo Anselmo. O argumento dele é também o daqueles que afirmam que se pode provar a existência de qualquer coisa com a ideia de ser mais perfeito. Assim, Gaunilo construiu um argumento para provar a existência de uma ilha perfeita. Como podemos conceber a ideia da mais perfeita das ilhas, então ela existiria. Mas como notado em [12], o problema com o arrazoado de Gaunilo é o conceito de “perfeito”. Com efeito, não há consenso sobre em que consista uma ilha perfeita: clima tropical, ou pelo contrário, temperado? deserta ou habitada? E assim, por diante. Outra objeção ao argumento de Gaunilo é o próprio uso “perfeito” a uma ilha: por definição, uma ilha é uma terra cercada de água por todos os lados. E só! Então, neste sentido, qualquer ilha é perfeita. Na realidade, Anselmo trata de um ser necessário e isto basta para refutar Gaunilo, porque nenhum ser de nossa experiência no dia a dia é necessário. Só existe um!

**São Tomás (e Kant)** argumentaram que não se pode confundir a existência no mundo das idéias com a existência no mundo real. Eles diriam que estamos confundindo o símbolo lógico  $\exists$ , que se refere à existência formal, com o símbolo E, que se refere à existência real necessária. Ou seja, estaríamos confundindo o mundo real com o mundo mental [4, p. 29].

**São Tomás** (1225 – 1274) textualmente: “talvez quem ouve o nome “Deus”, não entenda que se trate de algo que não possa ser pensado maior, pois alguns acreditaram que Deus fosse um corpo. Mas mesmo que todos entendam que este nome “Deus” signifique algo que não pode ser pensado maior, isto não significa que entendam que o que é significado por este nome exista na realidade, mas somente na apreensão da inteligência [...]” [9]. Esta é, pelo que me consta, a única refutação de São Tomás de Aquino ao argumento ontológico, notando que ele não menciona – certamente por respeito – o nome de Santo Anselmo. (Mas é bem possível que ele tenha voltado de passagem e brevemente ao ponto em outros dos seus textos). Ele é incisivo, mas ... não creio que seja definitivo. Como veremos, a sua “quarta via” para chegar à existência de Deus é bem próxima do argumento ontológico. Próxima, mas com diferença que não é apenas sutil, diria ele.

E eu não poderia não concordar com isso, mas que não prova que o argumento ontológico não seja válido, bem apoiado por muitos luminares, como logo veremos.

**David Hume** (1711 – 1776). Considerado por muitos o maior filósofo de língua inglesa de todos os tempos. No seu *Dialogues Concerning Natural Religion* [26], Hume coloca na boca de um personagem o seguinte: “É um evidente absurdo pretender demonstrar uma matéria de fato ou prová-la por demonstração a priori. Nada é demonstrável a não ser que o seu contrário implique uma contradição. Nada que é distintamente concebível implica contradição. Qualquer coisa que concebamos como existente, podemos conceber também como não-existente. Portanto não existe ser cuja não-existência implique contradição. Consequentemente, não existe ser cuja existência seja demonstrável”.

Com todo respeito, é claro que a afirmação acima, “qualquer coisa que concebamos como existente, podemos conceber também como não-existente” tem um contra-exemplo óbvio, a saber: o que concebemos como necessariamente existente, não pode ser concebido como não existente.

**Kant** (1724 – 1804) dizia que o argumento ontológico confunde o que é possível com o que é real (Stephen Grant [13]). E na sua obra provavelmente mais famosa, *Crítica da Razão Pura*, rejeitou que a existência fosse uma *propriedade*, negando com isso o argumento ontológico. (Ver um apanhado desta obra de Kant em [10]). Eu diria que esta seria também uma objeção ulterior – e mais fundamental – de São Tomás de Aquino, para o qual é a existência que atualiza a essência: ou seja, a essência tem as propriedades do ser, mas não se pode dizer que a existência seja uma delas, a existência estando “fora” da essência, a atualizando como dito.

Mas eu ousaria contestar tão grandes mestres: tão pouco este ponto levantado me parece decisivo contra o argumento ontológico, pois não é preciso que a existência seja considerada propriedade para que o argumento tenha força: se um ser existe somente na nossa mente, é “menor” do que se ele existir na realidade fora de nossas mentes. Ou seja, quando se fala em ser maior ou menor, não se exclui a priori – assim me parece – o discurso sobre a existência. Na realidade, para não haver dúvida quanto ao que digo, ao invés de ser maior ou menor, poder-se-ia falar em “mais ser” e “menos ser”: um ser mais perfeito, por exemplo, é mais ser do que outro menos perfeito. E assim, o ser que existe fora da nossa inteligência é mais ser do que aquele que existe somente na nossa inteligência: na realidade, este não somente é menos ser, mas “não é” no sentido usual da palavra.

**Gottlob Frege** (1848 – 1925), foi matemático, lógico e filósofo. Foi o inventor da lógica axiomática de predicados e é considerado por muitos o fundador da filosofia analítica. (Segundo outros, seriam G. E. Moore e Bertrand Russell). Sobre sua posição a respeito do argumento ontológico, ver [13] e (Graham Oppy [15]). No seu texto *Fundamentos da Aritmética*, ele diz que a existência é um predicado de segunda ordem e que afirmações de primeira ordem sobre a existência são sem sentido. Consequentemente, os argumentos ontológicos, cujas conclusões são predicados de primeira ordem, não fazem sentido. Mas se bem entendo, este argumento repete, de modo mais formal, o argumento de Kant: a existência não é uma “propriedade”.

**Bertrand Russell** (1872 – 1970) na sua juventude hegeliana aceitava o argumento ontológico, tendo exclamado: “Grande Deus, o argumento ontológico faz sentido”. Mas tornou-se ateu, escrevendo mais tarde a respeito do argumento de Santo Anselmo: “O argumento não parece ser muito convincente para uma mente moderna; mas é mais fácil sentir-se convencido de que ele é falacioso do que precisar exatamente onde está a falácia” [11]. Russell era uma mente lógica poderosa; o fato de ele não ter sido capaz de indicar a suposta falácia do argumento ontológico é bem uma demonstração que este argumento não é rejeitável com uma mera “penada”: algo profundo está envolvido aqui. Como escreveu Leach, citado antes, a percepção da força do argumento é em grande parte algo intuitivo.

Passemos aos que propugnaram o argumento ontológico:

**René Descartes** (1596 – 1650) compôs um certo número de argumentos ontológicos, diferentes da formulação de Santo Anselmo. Trata-se antes de uma intuição natural do que um argumento formal. Enquanto que Anselmo trata do maior ser que se pode conceber, Descartes trata do ser totalmente perfeito. Descartes abordou o tema no seu tratado “*Meditationes de prima philosophia in qua Dei existentia et animae immortalitas demonstratur*” [14], ou seja, *Meditações sobre a primeira filosofia em que se demonstra a existência de Deus e a imortalidade da alma*, o argumento ontológico sendo inicialmente tratado na 5ª. Meditação.

Diz ele que a ideia de Deus, um ser perfeito, ele a encontra dentro de si tão certamente como a ideia de uma forma [geométrica] ou número. E é seu entendimento que a ideia de que ele (Deus) sempre existiu é não menos clara e distinta do que a de qualquer propriedade da dita forma ou número.

---

De acordo com [14], um dos argumentos ontológicos de Descartes pode ser formalizado do seguinte modo:

Tudo que eu percebo clara e distintamente como contido na ideia de alguma coisa, é verdadeiro a respeito daquela coisa. Ora, eu percebo clara e distintamente que a existência necessária é contida na ideia de Deus. Portanto, Deus existe.

(A ideia da existência necessária me parece a versão mais convincente do argumento ontológico; ela já havia sido exposta por Santo Anselmo, no capítulo 3 do *Proslogium*, como vimos).

Na Meditação 10, Descartes escreve: “como não posso conceber Deus a não ser existente, segue-se que sua existência é inseparável dele e, portanto, ele realmente existe: não que sua existência seja trazida por meu pensamento ou que este imponha alguma necessidade nas coisas, mas pelo contrário, a necessidade que existe na coisa em si, isto é, a necessidade da existência de Deus, é que me determina a pensar deste modo: porque não consigo pensar em um Deus sem existência, isto é, um ser supremamente perfeito e que no entanto seria sem a perfeição absoluta [da existência]...”

**Spinoza** (1632 – 1677) é outro considerado dos maiores filósofos do ocidente, que também esposou o argumento ontológico. O arrazoado de Spinoza é que existe uma essência da qual se segue necessariamente sua existência. Ele não diz: Eu tenho uma ideia de tal essência e portanto Deus deve existir como causa. Nem diz: existem seres finitos e portanto deve existir um ser

necessário como causa (deles). Estes são variantes do assim chamado argumento cosmológico para provar a existência de Deus, que Spinoza também admitia, mas que considerava de menor certeza que o argumento ontológico. Spinoza não afirma que a essência como tal envolva existência. Ele insistiria que a maior parte das essências não envolve e não pode envolver a existência. Trata-se de apenas uma essência, que ele denomina substância, “a qual é concebida por si mesma”: esta, diz ele, deve envolver a existência. Para ele a existência de Deus é uma eterna subsistência.

Spinoza apresenta três argumentos ontológicos; apresentamos dois deles, segundo [25], que resume:

1. O que não tem nenhuma razão ou causa que impeça sua existência, existe necessariamente.
2. Ora, nenhuma razão ou causa impede Deus de existir.
3. Portanto, Deus existe necessariamente.

Outro argumento:

1. Poder existir é um poder, não poder existir é uma falta de poder.
2. Ora, nós existimos e somos seres finitos.
3. Portanto, se Deus (ser infinito) não existisse, seres finitos seriam mais poderosos que o ser infinito, o que é absurdo. Portanto, Deus existe

(Ver mais sobre a posição de Spinoza em William A. Earle [16]).

**Leibniz** (1646 – 1716). Inteligência universal, dos maiores filósofos do ocidente, Leibniz é considerado muito comumente como um dos três maiores lógicos de todos os tempos, juntamente com Aristóteles e Kurt Gödel. (É de notar que dentre os tres, dois esposaram o argumento ontológico, o proprio Leibniz e Gödel). Para Leibniz, o ser perfeito é, por definição, aquele que tem todos os predicados positivos e somente estes predicados. Para um conceito ser possível, ele não pode conter contradições internas. Mas se o conceito de ser perfeito contem somente predicados positivos, é impossível derivar dele alguma contradição interna. Mas, diz ele, a existência é um predicado positivo e, portanto, o ser perfeito existe necessariamente. Como em todas as formas de argumento ontológico, esta depende da convicção platônica que os conceitos universais são anteriores e mais reais que suas instâncias particulares (os seres individuais, existentes). Deus é o conceito supremo no qual a essência e a existência coincidem e é a fonte não somente dos conceitos subordinados, mas dos seres existentes contingentes. Kant achou que havia liquidado com o argumento ontológico, ao verificar que a existencia não é um predicado. Mas Leibniz não teria discordado dele a nao ser neste caso (Deus). Ver o próprio texto de Leibniz em George MacDonald Ross [17].

Em texto ao Editor do Jornal de Trévoux, em 1701 (ver ainda [17]): “[o argumento de Anselmo] diz que aquilo que inclui todas as perfeições, ou o maior possível dos seres, também inclui a existência na sua essência, visto que a existência é uma das perfeições: de outra forma, algo poderia ser acrescentado ao que é perfeito. Eu estou a meio caminho dentre aqueles que consideram o argumento um sofisma e [...] aqueles que consideram o argumento uma prova perfeita. Ou seja, eu concordo que seja uma prova, mas eu discordo que ela seja perfeita, porque supõe tacitamente que Deus, ou o ser perfeito, é possível. Se este ponto fosse provado também – como deveria ser – poder-se-ia dizer que a existência de Deus teria sido provada *geometricamente a priori* [sic; itálico por minha conta]. [...] pode-se dizer que esta prova é digna de consideração e tem, por assim dizer, uma validade presumptiva: porque todo ser deve ser considerado possível enquanto sua impossibilidade não for provada”.

**Hegel** (1770 - 1831). Considerado dos maiores da filosofia ocidental. De acordo com [15], nas suas conferências de 1831, portanto no ano de sua morte, Hegel fez repetidas afirmações de que existe um argumento ontológico bem sucedido, mas em nenhum lugar ele mostra o argumento. É dele o pensamento: “O que é racional é real e o que é real é racional” (“Was vernünftig ist, das ist wirklich; und was wirklich ist, das ist vernünftig”). Mas este é um pensamento nitidamente platônico. Não é de se espantar que alguns estudiosos afirmem que toda a obra de Hegel constitui um argumento ontológico.

**Charles Hartshorne** (1897 – 2000). (Ver Dan Dombrowski [18] e [19]). Filósofo americano, é considerado por muitos especialistas como um dos mais importantes filósofos da religião e metafísicos do século XX. Ele desenvolveu uma filosofia teocêntrica. Em toda a sua carreira, defendeu a racionalidade do teísmo. É considerado um dos responsáveis pela re-descoberta do argumento ontológico de Santo Anselmo. Mas sua maior contribuição para o teísmo filosófico não foi propriamente para o problema da existência de Deus, mas à “atualidade” de Deus, isto é, como Deus existe. No teísmo clássico, Deus é o supremo ser imutável. Para Hartshorne, cujo teísmo é neo-clássico e baseado na ideia do “processo” (tal como Whitehead), Deus é um “supremo mutante”.

Ele afirma que o argumento ontológico nos força a disjunção: ou “Deus existe” é necessariamente verdade ou é necessariamente falso. Isto, diz ele, é uma consequência lógica do que Anselmo descobriu: Deus não pode ser entendido no modo imperfeito de contingência, existindo ou não. Hartshorne pensa que a possibilidade “Deus existe” pode ser afirmada como um postulado intuitivo. Neste caso, “Deus existe” é necessariamente verdade.

**Kurt Gödel** (1906 – 1978). Ele é considerado em geral um dos três maiores lógicos da história da filosofia, juntamente com Aristóteles e Leibniz, e não faltam os que afirmam que é, sem par, o maior lógico de todos os tempos. E é, de longe, segundo Feferman [28], o maior lógico dos nossos tempos. Seu famoso teorema (1931) sobre a incompletude da aritmética foi uma revolução que pôs abaixo a pretensão da mente humana de formalizar toda a matemática. Gödel demonstrou que não somente a matemática como um todo não é completamente formalizável, mas nem mesmo a aritmética o é. Gödel demonstrou, no fundo, que a verdade é mais vasta que nossa capacidade de demonstrá-la inteiramente, que a semântica não é redutível à sintaxe.

Como escreveu o Pe. Paul Schweitzer S.J., “argumentos lógicos formais a partir de axiomas não são suficientes para decidir importantes questões em matemática, menos ainda em outros campos [do saber]. A intuição e o raciocínio transcendem as possibilidades dos argumentos axiomáticos formais. Devemos respeitar as diversas naturezas das diferentes formas do raciocínio humano e não tentar limitá-los a uma forma matemática. Todo tipo de discurso racional deve ser julgado de acordo com seus próprios procedimentos e limitações. Decisões envolvendo o bom senso não podem ser reduzidas a silogismos. Esta conclusão é especialmente importante quando tratamos com questões de valores e verdades religiosas, onde as premissas básicas são muito mais difíceis de serem atingidas” [27].

Para os que creem em Deus, é reconfortante saber que esta mente super – possante (Gödel) produziu sua versão do argumento ontológico. Não a quis publicar, por “respeito humano”, com medo de ser ridicularizado pelo “establishment” filosófico de então, de acordo com seu amigo, o famoso economista Oskar Morgenstern. Mas há quem duvide desta anotação no diário do economista, de resto muito preciso. Efetivamente, todos os amigos e colegas de Gödel sabiam que ele estava trabalhando havia muito tempo no argumento. E várias cartas para a mãe mostram sua fé em Deus, sem hesitação. Mais ainda, sua esposa, Adele, testemunhou, depois da sua



morte, que ele, embora não frequentasse a igreja, era religioso (luterano, de berço) e que lia a Bíblia todos os domingos pela manhã. Em uma resposta a um questionário, Gödel disse que era “batizado na Igreja Luterana (mas não membro de qualquer congregação religiosa). Minha fé é teísta, não panteísta, seguindo Leibniz, e não Spinoza”.

Gödel não publicou o seu argumento ontológico. Foi encontrado nas suas notas, vários anos depois ele morrer, de forma esboçada, notas muito breves, quase sem explicações. Isto é perfeitamente compreensível, as notas eram só para ele, não eram um texto que precede a redação de um artigo científico. Consequentemente, foram necessárias interpretações e elaborações para estabelecer um argumento detalhado semelhante ao que Gödel pretendia.

Gödel usou a *lógica modal*, que distingue coisas necessárias e coisas possíveis (contingentes), com os seguintes axiomas preliminares, encontrados nas suas notas [29]:

Axioma 1: É possível distinguir *propriedades positivas* entre todas as propriedades [do ser]. (A definição de propriedade positiva de Gödel é considerada um tanto vaga: “positiva” significa positiva no sentido moral-estético; pode significar também pura atribuição, opondo-se a *privação*).

Supõe que as três seguintes condições valham para todas as propriedades positivas:

Axioma 2: Se  $P$  é positiva e implica  $Q$ , então  $Q$  é positiva.

Axioma 3: Se  $P_1, P_2, \dots, P_n$  são propriedades positivas, então a propriedade ( $P_1$  e  $P_2$  e  $P_3$  ... e  $P_n$ ) também é uma propriedade positiva.

Axioma 4: Se  $P$  é uma propriedade, ou ela própria é positiva, ou a sua negação o é, mas não ambas.

Axioma 5: A existência necessária é uma propriedade positiva.

E definiu uma propriedade  $G$ : se  $x$  é um objeto em algum mundo possível, então  $G(x)$  é verdadeiro se e somente se  $P(x)$  é verdadeiro no mesmo mundo para todas as propriedades  $P$  positivas.  $G$  é chamada a propriedade “como Deus”. Um objeto que tenha a propriedade “como Deus” é chamado Deus.

Segue-se a demonstração de Gödel apresentada por C. Anderson [24], citada em [15]:

Definição 1:  $x$  é como Deus se e somente se  $x$  tiver como propriedades essenciais aquelas, e somente elas, que forem positivas.

Definição 2:  $A$  é uma essência de  $x$  se e somente se para toda propriedade  $B$ ,  $x$  tem necessariamente  $B$  se e somente se  $A$  implicar  $B$ .

Definição 3:  $x$  necessariamente existe se e somente se toda essência de  $x$  é exemplificada.

Axioma 1: Se uma propriedade é positiva, sua negação não é positiva.

Axioma 2: Toda propriedade estritamente implicada por uma propriedade positiva, é positiva.

Axioma 3: A propriedade de ser como Deus é positiva.

Axioma 4: Se uma propriedade é positiva, então ela é necessariamente positiva

Axioma 5: A existência necessária é positiva.

Axioma 6: Para qualquer propriedade  $P$ , se  $P$  é positiva, então  $P$  necessária é positiva.

Teorema 1: Se uma propriedade é positiva, então é consistente, isto é, é possivelmente exemplificada.

Corolário 1: A propriedade de ser como Deus é consistente.

Teorema 2: Se alguma coisa é como Deus, então a propriedade de ser como Deus é uma essência da coisa.

Teorema 3: A propriedade de ser como Deus é exemplificada necessariamente. Ou seja, Deus existe necessariamente.

Leibniz dizia que o argumento ontológico seria completo se se demonstrasse que a existência de Deus é possível. Como se vê acima, isto é demonstrado no Corolário 1. (Mas não entendi como chegou ao Teorema 1, que precede imediatamente o Corolário 1, a partir dos axiomas e definições. Precisaria saber, inclusive, o que entende mais exatamente por propriedade positiva). Mas qual foi afinal, em detalhes, o argumento ontológico de Gödel? Eis algo sobre o qual discutem os especialistas, não faltando quem afirme que ele estava errado, como J. Howard Sobel [31], citado em C. Anthony Anderson and Michael Gettings [32].

**Norman Malcolm** (1911 – 1990). Filósofo Americano. Seu argumento ontológico para a existência de Deus é o seguinte [20]: Se Deus é pensado como aquele que nada maior pode ser pensado e se ele não existe, ele não pode vir a existir, porque vir a existir exigiria que Deus tivesse um princípio. Ele ou seria causado para vir à existência ou sua existência viria espontaneamente. Mas em qualquer destas duas hipóteses Deus seria um ser finito, contrariamente à premissa inicial. Portanto, ou Deus sempre existiu ou nunca existirá. Se ele não existe, sua existência é impossível. Se ele existe, ele não pode vir à existência e não pode deixar de existir. Portanto, se Deus existe, sua existência é necessária. Portanto a existência de Deus ou é impossível ou é necessária. Mas sua existência não pode ser impossível, porque o conceito de Deus não é contraditório. Portanto Deus existe necessariamente.

**Alvin Carl Plantinga** (1932 - ), [21], é um filósofo americano (filosofia analítica), atualmente Professor Emérito da University of Notre Dame. É conhecido por seus trabalhos em filosofia da religião, epistemologia, metafísica e apologética cristã. Ele é cristão, e conhecido também por aplicar a filosofia analítica na defesa da fé cristã.

Plantinga tem defendido a posição que algumas pessoas sabem que Deus existe por uma crença básica, não exigindo uma prova. Tem sempre afirmado e defendido a posição que não existe contradição entre a existência do mal e a existência de um Deus todo-poderoso e supremamente bom.

Quanto ao argumento ontológico, ele desenvolveu uma versão baseada na *lógica modal*, segundo um roteiro que ele atribui a Charles Hartshorne [22].

1. Propõe-se que um ser tem *excelência máxima* em um mundo possível  $W$  se e somente se ele for onipotente, onisciente e completamente bom;
2. Propõe-se que um ser tem *grandeza máxima* se ele tiver máxima excelência em todos os mundos possíveis;
3. É possível que exista um ser que tenha grandeza máxima (Premissa);
4. Consequentemente, é possivelmente necessariamente verdadeiro que exista um ser perfeitamente bom, onipotente e onisciente;
5. Portanto, de acordo com o axioma S5 da lógica modal (ver (1') abaixo) é necessariamente verdadeiro que exista um ser onipotente, onisciente e perfeitamente bom. (Observe-se que se passa da possibilidade (3. acima) para a necessidade, através do passo anterior.
6. Portanto um ser onipotente, onisciente e perfeitamente bom existe.

O argumento é uma sofisticação do segundo argumento ontológico de Santo Anselmo, no capítulo 3º. do Proslogium: trata da existência necessária de Deus. A questão fundamental aqui é a da necessidade e contingência. Eu não posso dizer que é possível que eu exista necessariamente, porque eu sou contingente: existo, mas poderia não existir. Ao passo que Deus é necessário “por definição” e o ponto é que se ele é necessário por definição, então existe.

A lógica modal é um tipo de lógica formal que inclui elementos de modalidade, como o nome está dizendo, como por exemplo a possibilidade e a necessidade. Os “modos” qualificam a verdade. Se se diz, por exemplo, que Fulano é feliz, quer se dizer que ele é usualmente feliz. São tres os modos: possibilidade, probabilidade e necessidade.

Conforme [23], um dos axiomas do “Sistema S5”, mencionado antes, é:

- Se  $p$  é possivelmente necessariamente verdadeiro, então é necessariamente verdadeiro.

Em linguagem formal, temos, onde  $M$  significa possibilidade e  $N$  significa necessidade:

$$MNp \rightarrow Np. \quad (1)$$

Este axioma é usado acima na passagem de 4. para 5.

O argumento usa também o seguinte axioma da lógica modal, na passagem de 3. para 4. acima:

- Se  $p$  é possivelmente verdadeiro, então é necessariamente possivelmente verdadeiro; ou seja,

$$Mp \rightarrow NMp.$$

O segundo axioma acima é “tranquilo”, isto é, intuitivo. Já o primeiro, do Sistema S5, é considerado controverso por muitos. Creio que talvez a recusa incorra numa compreensão equivocada do “possivelmente”: não se trata de eu estar duvidando se a coisa é ou não necessariamente verdadeira, mas se trata de uma possibilidade real de a coisa ser necessariamente verdadeira. E a necessidade exclui a possibilidade de não ser verdadeira: se é possível que seja necessário, é necessário, a necessidade se impõe. Ou ainda: vamos supor que seja possível que seja necessário, mas não seja necessário; mas neste caso a necessidade não seria uma possibilidade. Se a frase fosse “é possível que seja verdadeiro”, não se poderia concluir que é verdadeiro, mas no caso da necessidade é diferente; diante dela, por assim dizer, não existe uma “neutralidade” da possibilidade. De novo, temos em última análise uma intuição do “necessário”. (Mas não sei se fui convincente nesta explicação...).

A falta de consenso entre pessoas – mentes lógicas poderosas – a respeito de um ponto tão fundamental, e que parece tão básico, mostra, diga-se de passagem, a fragilidade da inteligência humana.

Vejamos agora o argumento de Planting , exposto por Peter Øhrstrøm no excelente texto [28].

De acordo com Plantinga e muitos outros, as qualidades cruciais na definição de Deus incluem onisciência, onipotência e perfeição moral. Por definição, Deus tem estas propriedade em grau máximo, isto é, ele tem máxima excelência. Plantinga distingue entre máxima excelência e máxima grandeza do seguinte modo:

$e(x)$  denota que  $x$  tem máxima excelência, enquanto que  $g(x)$  que  $x$  tem máxima grandeza. A relação entre estas duas é definida como

$$g(x) \equiv Ne(x), \quad (2)$$

ou seja,  $x$  tem grandeza maxima se e somente se tiver necessariamente maxima excelência.

Aos axiomas da lógica modal, é acrescentado o sistema S5, que é constituído pelos seguintes axiomas:

$$(Ax1) N(p \rightarrow q) \rightarrow (Np \rightarrow Nq)$$

(Ax2)  $Np \rightarrow p$

(Ax3)  $Np \rightarrow NNp$

(Ax4)  $MNp \rightarrow Np$ .

(Como se vê, (1) acima é o Axioma 4).

Com isto, é possível provar a fórmula de Barcan:

$M(\exists x: f(x)) \rightarrow \exists x: Mf(x)$ ,

onde  $f$  é uma função do conjunto dos indivíduos para o conjunto das proposições na língua.

A fórmula de Barcan diz que se for possível que exista um  $x$  tal que  $f(x)$  (ocorra), então existe um  $x$  tal que seja possível que  $f(x)$  ocorra.

Como mencionado antes, a hipótese básica do argumento é que é possível existir um ser com a máxima grandeza, ou seja, supõe que seja verdadeira a hipótese que Leibniz dizia que precisaria ser provada para que o argumento ontológico fosse completo. Então, em linguagem formal:

$M(\exists x: g(x))$ .

Usando a fórmula de Barcan, isto implica que

$\exists x: Mg(x)$ .

Usando agora (2), o Axioma 3 e novamente (2), temos sucessivamente

$Mg(x) \equiv MNe(x) \rightarrow MNNe(x) \equiv MNg(x)$ .

Aplicando agora o axioma 4 acima, temos

$\exists x: Ng(x)$ .

E finalmente, aplicando o axioma 2, vem

$\exists x: g(x)$ ,

isto é, existe um ser com a grandeza máxima.

E visto que não pode existir mais de um ser com grandeza máxima, segue-se a existência de um único Deus. Q.E.D.

Graham Oppy [15] apresenta um outro argumento de Plantinga, que não menciona a necessidade. A prova é “ex absurdo”:

1. (Hipótese): Deus existe no nosso entendimento, mas não na realidade;
2. A existência na realidade (e no nosso entendimento) é maior que a existência somente no entendimento (Premissa);
3. Podemos conceber um ser que tenha todas as propriedades de Deus e mais a existência (Premissa);
4. Consequentemente, um ser tendo todas as propriedades de Deus, mais a existência, é maior que Deus (em vista de (1) e (2));
5. Logo, um ser maior que Deus pode ser concebido na mente (de (3) e (4));
6. É falso que se possa conceber um ser maior que Deus (da definição de Deus).
7. Portanto é falso que Deus exista no entendimento, mas não na realidade( (5) e (6)), contradizendo (1);
8. Mas Deus existe no nosso entendimento (“Premissa com que até o tolo concorda”);
9. Portanto, Deus existe na realidade.

Para Plantinga, de acordo com Peter Øhrstrøm [28], existem apenas duas possibilidades: ou existe um ser com grandeza máxima ou a existência com grandeza máxima é impossível. Por conseguinte, a única maneira de a pessoa ser atéia seria afirmar que a existência de tal ser é impossível. E teria que estabelecer a prova disso. Isto sugere que a obrigação de provar o que afirma cai nas costas do ateu, antes do que na do crente em Deus.

Como observado por Peter Øhrstrøm [28], que é Professor no Centro para Estudos de Filosofia e Ciências na Universidade de Aalborg na Dinamarca, com Gödel e Plantinga o argumento ontológico adquiriu um sólido status lógico. Não há como refutá-lo a não ser recusando uma (ou mais) de suas premissas ou axiomas.

O mais obviamente contestável dos axiomas no primeiro argumento ontológico de Plantinga é a passagem da possibilidade da necessidade de uma coisa para a própria necessidade da coisa, que é o Axioma 4 (acima) do Sistema S5 da lógica modal.

A afirmação “é possível que seja necessário que Deus exista implica a necessidade da existência de Deus”, é o axioma 4 do sistema S5 aplicado à necessidade da existência de Deus.

Leibniz julgava que a possibilidade da existência de Deus precisaria ser demonstrada para que o argumento ontológico fosse completo. Gödel pretendeu ter demonstrado esta possibilidade. É o caso de perguntar: por que a possibilidade da existência de Deus não pode ser postulada como axioma? E axioma intuitivo, como parece ser a posição de Plantinga? Creio que pensando somente na natureza divina, pode-se dizer que a sua possibilidade é algo intuitivo, basta que suas “propriedades positivas” (Gödel) não sejam contraditórias. Mas a intuição torna-se mais difícil quando se passa da ordem das ideias para a existência real. A possibilidade real da existência da Deus não parece intuitiva para muitos, como por exemplo para Leibniz.

### Referências

- [1] [http://en.wikipedia.org/wiki/Anselm\\_of\\_Canterbury](http://en.wikipedia.org/wiki/Anselm_of_Canterbury), acessado em 25/02/2011.
- [2] <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/26753/Saint-Anselm-of-Canterbury>, acessado em 25/02/2011.
- [3] <http://www.newadvent.org/cathen/01546a.htm>, acessado em 25/02/2011.
- [4] Javier Leach, *Mathematics and Religion – Our Language of Sign and Symbol*. Templeton Press: West Conshohocken, PA, USA, 2010.
- [5] [http://en.wikipedia.org/wiki/Ibn\\_Sina](http://en.wikipedia.org/wiki/Ibn_Sina), acessado em 25/02/2011.
- [6] em português: [http://www.lusosofia.net/textos/anselmo\\_cantuaria\\_proslogion.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/anselmo_cantuaria_proslogion.pdf), acessado em 19/03/2011; em inglês: <http://www.fordham.edu/halsall/basis/anselm-proslogium.html>, acessado em 25/02/2011.
- [7] Bernard J. F. Lonergan, *Insight: A Study of Human Understanding*. Longmans: London, 1957.
- [8] <http://en.wikipedia.org/wiki/Proslogion>, acessado em 25/02/2011.
- [9] São Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, Ia. Pars, Quaestio 2, a. 1, ad 2. Em latim: <http://www.corpusthomicum.org/sth1002.html>; em espanhol: <http://sumateologica.wordpress.com/download/>
- [10] [http://en.wikipedia.org/wiki/Critique\\_of\\_Pure\\_Reason](http://en.wikipedia.org/wiki/Critique_of_Pure_Reason), acessado em 19/03/2011.
- [11] Bertrand Russell (1972). *History of Western Philosophy*. Touchstone. p. 536. ISBN 0-671-20158-1. (Book 3, Part 1, Section 11), apud [http://en.wikipedia.org/wiki/G%C3%B6del%27s\\_ontological\\_proof#cite\\_note-11](http://en.wikipedia.org/wiki/G%C3%B6del%27s_ontological_proof#cite_note-11), acessado dia 20/03/2011.
- [12] <http://www.scandalon.co.uk/philosophy/gaunilo.htm>, acessado dia 20/03/2011.

- [13] Stephen Grant, *On the Ontological Argument*. Richmond Journal of Philosophy 3 (Spring 2003), apud [http://www.richmond-philosophy.net/rjp/back\\_issues/rjp3\\_grant.pdf](http://www.richmond-philosophy.net/rjp/back_issues/rjp3_grant.pdf), acessado dia 20/03/2011.
- [14] [http://en.wikipedia.org/wiki/Meditations\\_on\\_First\\_Philosophy](http://en.wikipedia.org/wiki/Meditations_on_First_Philosophy), acessado em 20/03/2011.
- [15] Graham Oppy, "Ontological Arguments", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2011 Edition), Edward N. Zalta (ed.), in: <http://plato.stanford.edu/entries/ontological-arguments/#HisOntArg>, acessado dia 21/03/2011.
- [16] William A. Earle, In: <http://caute.net.ru/spinoza/aln/earle.htm>, acessado dia 21/03/2011.
- [17] George MacDonald Ross in: <http://www.philosophy.leeds.ac.uk/GMR/hmp/texts/modern/leibniz/ontarg/god.html>, acessado dia 21/03/2011.
- [18] Dan Dombrowski in: <http://plato.stanford.edu/entries/hartshorne/>, acessado dia 21/03/2011.
- [19] Eugene Peters in: <http://www.religion-online.org/showarticle.asp?title=2581>, acessado dia 21/03/2011.
- [20] [http://study.abingdon.org.uk/rs/AS%20Philosophy%20notes/ontological\\_modern.pdf](http://study.abingdon.org.uk/rs/AS%20Philosophy%20notes/ontological_modern.pdf), acessado dia 23/03/2011
- [21] <http://en.wikipedia.org/wiki/Plantinga>, acessado dia 23/03/2011
- [22] Alvin Plantinga (1998). God, arguments for the existence of. In: E. Craig (Ed.), *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge. In: [http://en.wikipedia.org/wiki/Ontological\\_argument#cite\\_note-33](http://en.wikipedia.org/wiki/Ontological_argument#cite_note-33). acessado dia 23/03/2011.
- [23] [http://en.wikipedia.org/wiki/G%C3%B6del's\\_ontological\\_proof](http://en.wikipedia.org/wiki/G%C3%B6del's_ontological_proof), acessado dia 24/03/2011.
- [24] C. Anthony Anderson (1990), "Some Emendations on Gödel's Ontological Proof", *Faith and Philosophy*, 7: 291–303, apud [15].
- [25] [http://fr.wikipedia.org/wiki/Argument\\_ontologique](http://fr.wikipedia.org/wiki/Argument_ontologique), acessado dia 25/03/2011.
- [26] [http://en.wikipedia.org/wiki/Ontological\\_argument](http://en.wikipedia.org/wiki/Ontological_argument), acessado dia 26/03/2011.
- [27] Paul A. Schweitzer S.J., *Mathematics, Reality, and God*.
- [28] Peter Øhrstrøm, "Some Reflections on Logic and Transcendence", FORUM TEOLOGI NATURVIDENSKAB (*The Danish Science - Theology Forum*), FTN Proceedings, vol. 5, Oct 2010, God - a Mathematician?, pp. 123ss. Na web: <[http://teo.au.dk/fileadmin/www.teo.au.dk/forum\\_teologi\\_naturvidenskab/FTN\\_proceedings\\_vol\\_5\\_Oct\\_2010.pdf](http://teo.au.dk/fileadmin/www.teo.au.dk/forum_teologi_naturvidenskab/FTN_proceedings_vol_5_Oct_2010.pdf)>, pp. 117ss.
- [29] Fitting, Melvin, *Types, Tableaus and Gödel's God*, Kluwer: Academ. Press 2002, ap. [30].
- [30] J. H. Sobel. Gödel's ontological proof. In J. J. Thomson, editor, *On Being and Saying*. Essays for Richard Cartwright. The MIT Press, Cambridge, Mass. & London, England, 1987, citado em [34]

- [31] C. Anthony Anderson and Michael Gettings, *Gödel's ontological proof revisited*. In: Gödel '96: Logical foundations of mathematics, computer science and physics---Kurt Gödel's legacy, Brno, Czech Republic, August 1996, proceedings. Editor: Petr Hájek, Lecture Notes in Logic, Volume 6 Berlin: Springer-Verlag, 1996. 322 pp. (Ver texto em [32]).
- [32][http://projecteuclid.org/DPubS/Repository/1.0/Disseminate?handle=euclid.lnl/1235417020&view=body&content-type=pdf\\_1](http://projecteuclid.org/DPubS/Repository/1.0/Disseminate?handle=euclid.lnl/1235417020&view=body&content-type=pdf_1)